

Profissão arqueólogo

Exigência de laudo arqueológico para obras de construção cria demanda por especialistas, mas faltam cursos universitários

FERNANDO TADEU MORAES DE SÃO PAULO

Poucas atividades são tão romantizadas e associadas a aventura quanto a dos arqueólogos. Recentemente, no entanto, a profissão vem adquirindo um novo status com a chamada arqueologia preventiva, uma decorrência da aplicação mais frequente da legislação ambiental.

Diante da exigência de laudos arqueológicos para obras públicas e privadas de vulto (como hidrelétricas, rodovias e linhas de transmissão) e em locais de potencial histórico (como cidades antigas), o mercado de trabalho para o arqueólogo cresceu exponencialmente nos últimos anos.

Esse aumento pode ser medido pelo número de portarias de autorização de trabalho arqueológico emitidas pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Desde 2000, há um crescimento quase contínuo do número de portarias emitidas. Apenas no ano passado foram 1.453.

Segundo Roberto Stanchi, coordenador de pesquisa arqueológica do Iphan, em 2013, 99% das autorizações emitidas pelo órgão se referem a estudos para empreendimentos econômicos. O 1% restante se refere a pesquisas eminentemente acadêmicas.

A demanda crescente do mercado valorizou muito a profissão nos últimos anos, mas há um obstáculo: o número insuficiente de arqueólogos, muitos deles, com formação precária.

O Estado de São Paulo, onde se concentram cerca de 18% de todas as portarias do Iphan, não possui, por exemplo, um curso de graduação em arqueologia.

Por iniciativa de professores do MAE (Museu de Arqueologia de Etnografia) da USP, foi proposto, há dois anos, um bacharelado em arqueologia. A USP ainda estuda a criação do curso.

Segundo Astolfo Araújo, professor do MAE e um dos defensores do novo bacharelado, sempre que se aventava a criação de uma graduação em arqueologia, a justificativa para a resposta negativa era a de que não existia mercado para o formado. "Agora não existe mais essa justificativa. Pelo contrário, a não existência de um curso de arqueologia em São Paulo é deletéria", afirma.

Araújo explica que a formação em arqueologia no Estado é toda feita na pós-graduação. "Entram no mestrado pessoas das mais diversas áreas e, com uma carga horária de apenas 240 horas, o equivalente a um semestre da graduação, e

uma dissertação, alguém pode receber o título de mestre e ser reconhecido como arqueólogo".

Fora de São Paulo a situação não é muito melhor. A maioria das graduações é recente e algumas nem formaram suas primeiras turmas, como na UERJ e na UFMG. O país todo conta atualmente com 12 graduações na área.

MERCADO

Donos de empresas reclamam da dificuldade para compor equipes arqueológicas e da escassez de bons profissionais no mercado.

"Faltam arqueólogos e, principalmente, bons arqueólogos", diz Renato Kipnis, um dos diretores da Scientia Consultoria. "Vemos que com arqueólogos novos, a formação deles acaba se completando durante o trabalho de campo nas empresas", diz.

Para Paulo Zanettini, diretor da Zanettini Arqueologia, deve haver um equilíbrio na formação dos novos profissionais. "A universidade não pode se submeter ao mercado, mas também não pode se dissociar dele."

Entre as deficiências, estão a pouca experiência de trabalho de campo, pouco conhecimento de áreas como a geomorfologia (estudo sobre a formação e evolução do relevo) e a análise de materiais líticos (pedras lascadas ou polidas) e desconhecimento da legislação ambiental.

Apesar da grande procura atual por arqueólogos, Zanettini lembra que o mercado de trabalho ligado à arqueologia preventiva está sujeita às oscilações da economia global e da continuidade da tendência de obras do governo.